



A EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA

PHYSICAL EDUCATION IN PEDAGOGY TRAINING

Wilson Alviano Jr ¹

Raquel Aline Pereira de Souza²

Resumo: A presente pesquisa buscou verificar se e como o componente curricular Educação Física está presente nos cursos de formação inicial em Pedagogia. Para tanto, foram analisados os PPCs de 41 Universidades Federais. A escolha recaiu sobre os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais que oferecem o curso em sua modalidade presencial. Foram desconsideradas as IES que não se organizam enquanto Universidade, ou seja faculdades, institutos, entre outros, bem como as Universidades Públicas Federais que não oferecem o curso de pedagogia. Também foram excluídas as Universidades que, apesar de ofertar o curso presencialmente, não disponibilizam os PPCs em seus sites oficiais. A coleta de dados ocorreu no período entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, por meio do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior na plataforma e-MEC do Ministério da Educação do Brasil. A análise propiciou a compreensão que existe uma polissemia discursiva em relação ao componente nos cursos verificados. As questões levantadas neste trabalho evidenciam a problemática da divisão da Educação Física e seu reflexo nos cursos de pedagogia das Universidades Federais do Brasil.

Palavras-chave: Formação de Professor/a; Pedagogia; Educação Física.

Abstract: This research sought to verify if and how the curricular component Physical Education is present in the academic formation courses in Pedagogy. For this purpose, the PPCs of 41 Federal Universities were analyzed. The choice fell on the Pedagogical Projects of the Pedagogical Courses of the Federal Public Universities that offer the course in its presential modality. The IES that are not organized as universities, that is to say, colleges, institutes, among others, as well as the Federal Public Universities that do not offer the pedagogy course were disregarded. Universities that do not offer the course in person, although they do offer it on their official websites, were also excluded. Data collection took place between September 2019 and February 2020, through the National Register of Courses and Institutions of Higher Education at the e-MEC platform of the Brazilian Ministry of Education. The analysis provided the understanding that there is a polysemy discursive in relation to the component in the verified courses. The issues raised in this work highlight the problem of the division of Physical Education and its reflection in the pedagogical courses of the Federal Universities of Brazil.

Keywords: Teacher Formation; Pedagogy; Physical Education.

¹ Possui Licenciatura em Educação Física - Faculdades de Educação e Cultura do Abc (1992), mestrado em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (2003), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2011).

² Bacharel e Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Mestranda na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo -USP



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Introdução

Este estudo teve por objetivo investigar a presença da Educação Física nos cursos de pedagogia das Universidades Federais do Brasil, através da análise de seus Projetos Político Pedagógicos (PPC).

Além do objetivo geral de traçar um panorama da presença de temas da cultura corporal na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental buscamos também levantar informações que contribuíssem para o debate em relação ao tema, como: políticas e leis federais, as ampliações da LDB e as políticas nas universidades na construção dos currículos; e promover reflexões e avanços entre os professores e gestores, considerando a importância no ensino de Educação Física também nesses segmentos.

Para melhor compreensão do tema é fundamental que se saiba que, alinhado com os objetivos da OCDE, UNESCO, Banco Mundial, entre outras organizações internacionais imbuídas no compromisso com a Educação de países considerados periféricos, o governo brasileiro-chefiado pelo então presidente do poder executivo Fernando Henrique Cardoso no período de 1995-2002- passa a orientar a Educação formal no sentido da universalização do ensino fundamental e da erradicação do analfabetismo. Para atingir esses objetivos inicia-se uma série de políticas públicas em prol de ampliar o acesso às escolas, fazendo valer seu caráter de direito subjetivo garantido pela Constituição Federal de 1988.

Entre as ações para a Educação estão previstas ações a curto, médio e longo prazo, previstas a partir da promulgação da LDB - lei 9394/96, tais como a criação dos PCNs, a criação do PNE, e por fim, ainda em fase inicial, a implementação da BNCC. A partir daí uma série de alterações nos projetos pedagógicos de todos os cursos de formação inicial, para os componentes curriculares oferecidos na educação básica, foram necessárias e exigidas.

No curso de pedagogia houve uma mudança significativa no objetivo da formação que, após as novas exigências, começou a direcionar sua matriz curricular para a docência, uma vez que antes das reformas o foco do curso era quase que exclusivamente voltado para a gestão escolar.



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

O contexto de mudanças também chegou para a Educação Física, com destaque para duas frentes que se contrapõem: o movimento renovador da EF, que defende um novo olhar para a função social da Educação Física no ambiente escolar, reconhecendo seu pertencimento à área de Linguagens; e o movimento a favor da regulamentação da profissão, que por sua vez, sugere o controle da atuação de profissionais da EF em ambientes escolares e não-escolares e defende a inserção e valorização da EF na área de saúde. Essa dualidade de entendimento de pertencimento da EF acaba por suscitar problemas na definição de seu objeto de estudos e vem mantendo o fardo de não pertencimento a lugar nenhum, não sendo valorizada na saúde e tampouco no ambiente escolar. O “não lugar” característico da Educação Física se intensificou com a Resolução CFE 03/87, que deu base para criação do curso de bacharelado em Educação Física e determinou que a organização curricular fosse dividida por áreas (NUNES, 2016). Além disso, anos mais tarde ocorreu a criação do sistema CONFEF/CREF, em setembro de 1998.

O sistema CONFEF/CREF foi idealizado para a regulamentação da profissão de Educação Física, basicamente o sistema corrobora com o entendimento de que a Educação Física pertence à área de saúde, portanto, ele estabelece diretrizes de promoção à saúde em espaços não escolares. Além disso, como forma de manter-se em posição de controle da profissão o CONFEF/CREF busca orientar professoras/es de Educação Física escolar, no sentido da saúde renovada, incorrendo que seu papel na escola é de promotor de saúde e da importância da prática de atividade física, esportiva e/ou ginástica. (NEIRA; BORGES, 2018)

Reverberando as disputas políticas dentro da própria área de Educação Física destacamos o fato de o Ministério da Educação (MEC), lotar os cursos de formação superior em Educação Física na área de saúde ao passo que coloca o componente curricular na Educação Básica na área de linguagens. Assim, esta disputa está posta em vários espaços. Sendo assim, há uma complexidade exacerbada e reforçada por essa confusão, logo no curso de formação inicial em Educação Física. Uma vez que os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) que orientam os cursos de Educação Física são destinados às duas habilitações (bacharelado/licenciatura). Além disso, o ensino superior se mantém em um



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

determinado domínio de atores que entendem como adequada a manutenção dos cursos de licenciatura e bacharelado como próximos, como podemos verificar nos estudos de Neira (2009), Alviano Jr. (2011) e Nunes (2011) sobre a formação inicial em Educação Física; e estão ancorados na perspectiva do movimento humano como objeto da área. Diante desse cenário é perceptível um clima de disputa de pertença e de qual papel deve ser desempenhado pelo professorado, já que sua formação o habilita para uma função e a escola te exige outra postura e outras habilidades.

É oportuno dizer que este estudo, concorda que a Educação Física Escolar pertença ao campo das Linguagens e compreende que seu objeto de estudo é a Cultura Corporal, corroborando com indicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que aponta a Educação Física como pertencente às linguagens e define o componente da seguinte forma:

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo.

Nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade. (BRASIL, 2017 p. 213)

Diante do exposto até aqui, em um primeiro momento, essa pesquisa buscou investigar a presença da Educação Física nos cursos de pedagogia das Universidades Federais do Brasil, através da constatação do trabalho com os temas da chamada *Cultura Corporal*. Porém, no decorrer do trabalho, algumas discussões e leituras influenciaram na alteração do procedimento de investigação e optamos por ampliar o foco da análise, buscando compreender em que medida a Educação Física tem aparecido nos PPC de



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Pedagogia, para isso acrescentamos descritores que seriam mais utilizados em outras perspectivas da Educação Física.

Sob a justificativa de entender que, por mais que a BNCC tenha possibilitado, em certa medida, pacificar o entendimento sobre a área da EF na escola e sobre seu objeto de estudos, a Educação Física ainda enfrenta um *não lugar*, possivelmente ampliado, justamente por essa marcação advinda da BNCC, que acabou por ampliar o fosso entre bacharelado e licenciatura na área. Intenciona-se, com essa pesquisa, abrir um debate para a importância de se disponibilizarem os conhecimentos produzidos pelas e pelos pesquisadores da Cultura Corporal nas matrizes curriculares do curso de formação inicial em Pedagogia, com a premissa de que compreendendo com mais objetividade o papel que a EF se propõe a realizar no chão da Escola, essas professoras e professores auxiliem na valorização do componente curricular e não atuem no sentido de reforçar estereótipos como *segundo recreio, matéria que não reprova, lugar onde estudantes brincam por brincar*, entre outros.

A resolução CNE/CP nº1/2006, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Pedagogia. Em seu artigo 4º o curso de licenciatura em pedagogia é definido como formação que promove habilitação para o exercício do magistério na Educação infantil e nos anos iniciais o Ensino Fundamental, o inciso VI (do artigo 4º), atribui às/aos docentes a incumbência de ensinar, entre outros componentes curriculares, a Educação Física. Embora haja a defesa de que professoras/es especialistas¹, sejam mais bem preparadas/os para desenvolver situações didáticas coerentes com a proposta daquele componente curricular, não há como negar uma realidade, confirmada por Leis. Sendo assim, uma vez que ensinar Educação Física é uma atribuição do egresso do curso de pedagogia, é essencial que o referido curso contemple, em suas matrizes curriculares, os diversos saberes orientados pelo conceito de cultura corporal.

Na prática, as indicações da resolução atribuem às/aos pedagogas/os, importante papel, sobretudo, na Educação Infantil e Fundamental (séries iniciais), uma vez que põe sob sua responsabilidade o trato de saberes dos diversos componentes curriculares. Sendo
ISSN: 2359-1064.



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

assim, compreender o que fundamenta cada componente é de suma importância para a formação inicial de quem pretende atuar nessa área. Portanto, para dar conta de ministrar aulas com as temáticas da Educação Física, a/o pedagoga/o precisa ter acesso às teorias que fundamentam as práticas docentes das/os professoras/es de EF na escola. Por isso, é importante saber como os cursos de formação inicial em Pedagogia tem tratado os elementos da Cultura Corporal, compreendido e ratificado na BNCC como objeto de estudo e trabalho da Educação Física na escola, em seus PPCs.

Para além das indicações legais, as/os pedagogas/os estão presentes na escolarização das crianças desde a pré-escola, sendo assim, o contato dessas/es professoras/es com os conteúdos da cultura corporal contribui para um trabalho contínuo no processo de escolarização das crianças. Se pensarmos que a Educação Física é apresentada às crianças por essas/es professoras/es, torna-se ainda mais importante que elas/es estejam cientes do que se pretende para o componente nos anos em que as/os professoras/es especialistas em Educação Física, assumam o componente.

Metodologia:

A pesquisa em tela se configura por uma abordagem quantitativa qualitativa e caracteriza-se como uma análise documental. Elegemos como objeto de análise os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais que oferecem o curso em sua modalidade presencial.

Além das IES que não se organizam enquanto Universidade, ou seja faculdades, institutos, entre outros, desconsideramos as Universidades Públicas Federais que não oferecem o curso de pedagogia e excluímos as Universidades que, apesar de ofertar o curso presencialmente, não disponibilizam os PPCs em seus sites oficiais.

A coleta de dados ocorreu no período entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, por meio do **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior** na plataforma e-MEC do Ministério da Educação do Brasil.



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Uma vez identificadas as Universidades, elegemos o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia como documento de análise. Com a finalidade de identificar a presença da Educação Física na formação inicial em Pedagogia, foram utilizados os seguintes descritores: Cultura Corporal, Educação Física, Jogo, Brincadeira, Esporte, Luta, Ginástica e Danças. No decorrer do processo, de localização dos descritores, termos como, esportivo, brincar, jogos, entre outros, foram aparecendo e sendo considerados como flexões dos descritores originais e, portanto, abrangidos para análise. Considerando que a detecção da Educação Física apenas por meio desses descritores pudesse ficar prejudicada, foram acrescentados o que achamos prudente chamar de descritores secundários, quais sejam: Movimento, Movimento Humano, Conscientização Corporal, Comunicação Corporal, Linguagem Corporal, Expressão Corporal, Corpo (Corpo e Educação, Corpo e Movimento), Corporeidade, Psicomotricidade. Aqui cabe uma justificativa, os descritores estão divididos em primários e secundários, apenas de acordo com a cronologia que foram pensados, não há, portanto, a intenção de conferir hierarquização entre eles.

Os dados encontrados foram inseridos em uma pasta de trabalho do programa Excel, da Microsoft, onde foi possível realizar o estudo estatístico para essa pesquisa.

Dados como porcentagem de universidades que disponibilizam os PPCs em suas plataformas digitais, distribuição das universidades federais por região e por estado, quantidade de descritores encontrados em cada universidade, data de publicação do PPC, entre outros, foram identificados nessa primeira etapa do estudo.

A segunda etapa do estudo consistiu na análise dos dados identificados na primeira etapa. O cruzamento dos dados permitiu que encontrássemos informações como: quais universidades que apresentam, publicamente via plataforma digital, o PPC atualizado e em qual região do Brasil elas se localizam e onde ficam as universidades com o menor ou maior número de descritores.

Políticas Educacionais e Curriculares no Brasil

O atual Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, foi instituído pela Lei 9.131, de 25/11/95, com a finalidade de colaborar na ISSN: 2359-1064.



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação³.

As atribuições do Conselho são normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.⁴

O CNE vem orientando as políticas educacionais brasileiras no sentido de se adequar às demandas internacionais para a Educação. Atualmente a UNESCO em conjunto com outras organizações internacionais, maioria voltada para economia, estabelece uma agenda global e Educação Mundial, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Essas metas globais influenciaram nas políticas educacionais brasileiras que se voltaram para a formação, em massa, de profissionais da educação (gestoras/es e professoras/es), além disso, as campanhas dessas organizações internacionais atrelam a elevação do status social com a escolarização do sujeito, sugerindo que quanto mais graduado estiver maior vai ser a ascensão econômica. Comprando e vendendo esse discurso, os governos brasileiros implementaram os programas PARFOR e PROUNI.

Embora o Brasil tenha firmado compromisso com esse grupo, parece que as ações para a Educação brasileira está estacionada nas diretrizes anteriores ao plano atual, intitulado *Education 2030 Incheon Declaration and Framework for Action Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all*. Apesar das organizações internacionais estarem sinalizando para uma educação para a equidade, as políticas educacionais brasileiras ainda estão orientadas no plano anterior “A Educação para o Alívio da pobreza”.

3 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14306:cne-historico&catid=323:orgaos-vinculados

4 <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Os currículos das universidades, bem como das escolas da educação básica são diretamente afetados pelas políticas educacionais de um país. Como Silva (2019) esclarece, os conceitos que aparecem em determinados currículos dizem o que se pretende com eles. Sendo assim, é comum encontrar nos PPC das universidades públicas algo no sentido de uma educação para o mercado e para a cidadania, pois é justamente essa a agenda global que o Brasil busca atender.

A Sistematização do Ensino Brasileiro

A construção de um sistema nacional de Educação tem sido um desafio para o país desde o período imperial. De acordo com Saviani (2008) o que caracteriza esse cenário é a descontinuidade da política educacional brasileira. Ele aponta que as reformas educacionais ocorrem desde a época do Brasil império, porém “quem chega ao poder procura imprimir sua marca, desfazendo o que estava em curso” (SAVIANI, 2008).

Postos os desafios para a sistematização da Educação e a necessidade da alfabetização e universalização do Ensino Fundamental, o processo de redemocratização do Brasil, após vinte e um anos de ditadura militar, traz consigo a responsabilidade de regulamentar a Educação ao efetivar alterações significativas na legislação brasileira, promulgando a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 que através de seu Artigo 214, estabelece a aprovação de um Plano Nacional de Educação, de duração decenal (BRASIL, 1988). E prevê, em seu Artigo 210, uma Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica, priorizando o ensino fundamental.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1988).



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Com a finalidade de regulamentar a Educação, em 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e seus artigos 26, 27 e 28 reafirmam e fundamentam, direcionando os objetivos da Base curricular comum (BRASIL, 1996). Para dar conta do previsto pela LDB, o Governo Federal do Brasil via Ministério da Educação (MEC), elaborou e efetivou uma série de ações que por fim consumou na Base Nacional Comum Curricular homologada em 20 de dezembro de 2017 pelo então ministro da Educação, Mendonça Filho (BRASIL, 2017).

É importante destacar que no período entre a promulgação da Constituição Federal e a homologação do documento da BNCC se passaram 29 anos de alterações na presidência do Poder Executivo Federal do Brasil. Conseqüentemente o MEC sofreu mudanças a cada alteração de Governo, dentre elas algumas que evidenciaram o posicionamento de oposição ao Governo anterior, corroborando com a ideia de descontinuidade da política educacional, sugerida por Saviani (2008). Embora seja relevante mencioná-las, não cabem aqui aprofundamentos sobre essas questões.

A tabela 1-a seguir- é um instrumento de ilustração que pode auxiliar no entendimento das transições supracitadas e na fixação da ideia de que o processo de construção da BNCC é algo complexo que merece análise. Como o objeto de estudo da pesquisa em tela é o processo de construção da BNCC, é necessário fazer um recorte temporal compreendido no intervalo que corresponde a divulgação da LDB e a homologação da BNCC, por se tratar de um período em que as ações em prol da efetivação da Base foram intensificadas. Embora a tabela retrate a presidência desde o governo Sarney, a análise mais profunda será dedicada ao período entre 1996 e 2017.

Tabela 1 Governo Federal Brasileiro e Ministério da Educação de 1988 aos dias atuais



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Governo entre 1988 e 2019	
Presidência do Executivo	Ministério da Educação
Presidente José Sarney Período: 15/03/1985 a 15/03/1990	Ministro Hugo Napoleão do Rego Neto Período: 03/11/87 a 16/01/89
	Ministro Carlos Corrêa de Menezes Sart'anna Período: 16/01/89 a 14/03/90
Presidente Fernando Collor* Período: 15/03/1990 a 29/12/1992 Presidente Itamar Franco Período: 29/12/1992 a 01/01/1995	Ministro Carlos Alberto Chiarelli Período: 15/03/90 a 21/08/91
	Ministro José Goldemberg Período: 02/08/91 a 04/08/92
	Ministro José Goldemberg Período: 02/08/91 a 04/08/92
	Ministro Eraldo Tinoco Melo Período: 04/08/92 a 01/10/92
	Ministro Murílio de Avellar Hingel Período: 01/10/92 a 01/01/95
Presidente Fernando Henrique Cardoso Período: 01/01/1995 a 01/01/1999 Período: 01/01/1999 a 01/01/2003	Ministro Paulo Renato Souza Período: 01/01/95 a 01/01/2003
Presidente Luis Inácio Lula da Silva Período: 01/01/2003 a 01/01/2007 Período: 01/01/2007 a 01/01/2011	Ministro Cristovam Buarque Período: 01/01/2003 a 27/01/2004
	Ministro Tarso Genro Período: 27/01/2004 a 29/07/2005
	Ministro Fernando Haddad Período: 29/07/2005 a 01/01/2011
Presidente Dilma Rousseff Período: 01/01/2011 a 01/01/2015 Período: 01/01/2015 a 31/08/2016*	Ministro Fernando Haddad Período: 01/01/2011 a 24/01/2012
	Ministro Aloizio Mercadante Período: 24/01/2012 a 02/02/2014
	Ministro Henrique Paim Período: 03/02/2014 a 01/01/2015
	Ministro Cid Gomes Período: 02/01/2015 a 19/03/2015
	Ministro Renato Janine Ribeiro Período: 06/04/2015 a 04/10/2015
	Ministro Aloizio Mercadante Período: 05/10/2015 a 11/05/2016
	Ministro José Mendonça Bezerra Filho Período: 12/05/2016 a 31/08/2016
Presidente Michel Temer Período: 31/08/2016 a 01/01/2019	Ministro José Mendonça Bezerra Filho Período: 12/05/2016 a 06/04/2018
	Ministro Rossieli Soares da Silva Período: 06/04/2018 a 31/12/2018
Presidente Jair Bolsonaro Período: 01/01/2019	Ministro Ricardo Vélez Rodrigues Período: 01/01/2019 a 09/04/2019
	Ministro Abraham Weintraub Período: desde 09/04/2019

* Presidentes que foram impedidos de dar continuidade ao mandato devido a um processo de Impeachment.

Fonte: autoral

Até a data da confecção da tabela acima Abraham Weintraub ainda era ministro da pasta no governo Bolsonaro, tendo sido exonerado do cargo em 19 de junho de 2020, sendo



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

substituído pelo economista Carlos Decotelli, que envolvido em um escândalo de falsidade ideológica de seu Currículo Lattes, teve sua nomeação suspensa, cinco dias após sua publicação no Diário Oficial da União. Após diversas polêmicas em suas escolhas, a presidência nomeou para a chefia do MEC o professor Milton Ribeiro, em 16 de julho de 2020, ou seja, quase um mês após o desligamento de Weintraub.

Levando em conta um recorte temporal que abranja a construção da BNCC, considerando o intervalo entre 1996 e 2017, o Brasil passou por seis processos eleitorais que determinaram a presidência da República. De modo que os resultados culminassem em um Governo Federal chefiado por quatro presidentes. Vale destacar que o último presidente, nesse recorte temporal, Michel Temer, assumiu o cargo em meados do segundo mandato da presidente eleita Dilma Rousseff.

Durante esse período de onze anos o MEC passou por doze transições, tendo sido dirigido por um total de nove ministros responsáveis por coordenar os diversos encontros, diretrizes e planos nacionais de ensino, todos imbuídos de fazer valer o previsto na Constituição Federal até chegar à versão vigente da BNCC (BRASIL, 2017). Além da coordenação federal via MEC, a construção da BNCC teve contribuições estaduais por meio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e municipais por intermédio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Em 16 de setembro de 2015 a 1ª versão da BNCC foi apresentada para consulta pública e para os leitores críticos convidados pelo MEC (BRASIL, S/D). A partir da análise do texto exposto, esses leitores sugeriram uma série de propostas que somadas às contribuições do CONSED e da UNDIME culminaram na organização de uma construção coletiva do documento a se figurar como Base Nacional Comum Curricular.

Após consultas a pesquisadoras/es e às/aos professoras/es da rede básica de ensino, dentre outras ações colaborativas, a 2ª versão da BNCC foi apresentada com as devidas alterações sugeridas e pertinentes. Em três de maio de 2016, ainda no governo Dilma. Apesar de a construção coletiva ter obtido aprovação de profissionais da Educação Básica, consultadas/os nos 27 seminários estaduais realizados com a finalidade de debater a 2ª



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

versão da BNCC, seu texto não foi validado como documento oficial. E, em 20 de dezembro de 2017, cerca de um ano após o Impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, a chamada 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular foi homologada.

Diante do exposto, pode-se incorrer que as políticas educacionais brasileira são descontinuadas e enfrentam questões político-partidárias que impedem um andamento satisfatório para se atingir, no mínimo, o que se propõe, que no caso é o cumprimento da agenda internacional para a Educação. No quadro atual, pode-se dizer que o projeto político do governo Bolsonaro se mostra isento às questões sociais que a educação demanda, ocasionando um enorme desmonte por meio de diversos cortes em apenas dois anos de governo, mostrando um evidente descaso com a Educação e um rompimento com os objetivos para o desenvolvimento, orientados pela UNESCO e as demais organizações internacionais.

Resultados

Cenário Nacional – Presença das Universidades nas Regiões do Brasil.

Ao término do mapeamento das Universidades Federais do Brasil, por meio da plataforma eMEc do Ministério da Educação do Governo Federal do país, identificamos uma inconsistência no que diz respeito ao número de universidades constantes na plataforma e o número divulgado pelos principais sites de busca e informação como o Google e o Wikipedia, respectivamente. Diante disso, ao investigarmos as motivações dessa diferença constatamos que as Universidades de Jataí (UFJ), de Catalão (UFCat), do Norte do Tocantins (UFNT), de Rondonópolis (UFR), do agreste de Pernambuco (UFAPE) e do delta da Parnaíba (UFDPAr), ainda constam como Campi de suas universidades tutoras. Para elucidar melhor: A UFJ e a UFCat eram campi da UFG -atual tutora de ambas- cuja responsabilidade é de, entre outras, auxiliar na construção do PDI e na resolução de processos burocráticos junto ao estado.

Com o resultado do mapeamento e com a identificação dessa diferença, confeccionamos o quadro a seguir que ilustra a distribuição das universidades federais por região do país, em porcentagem.



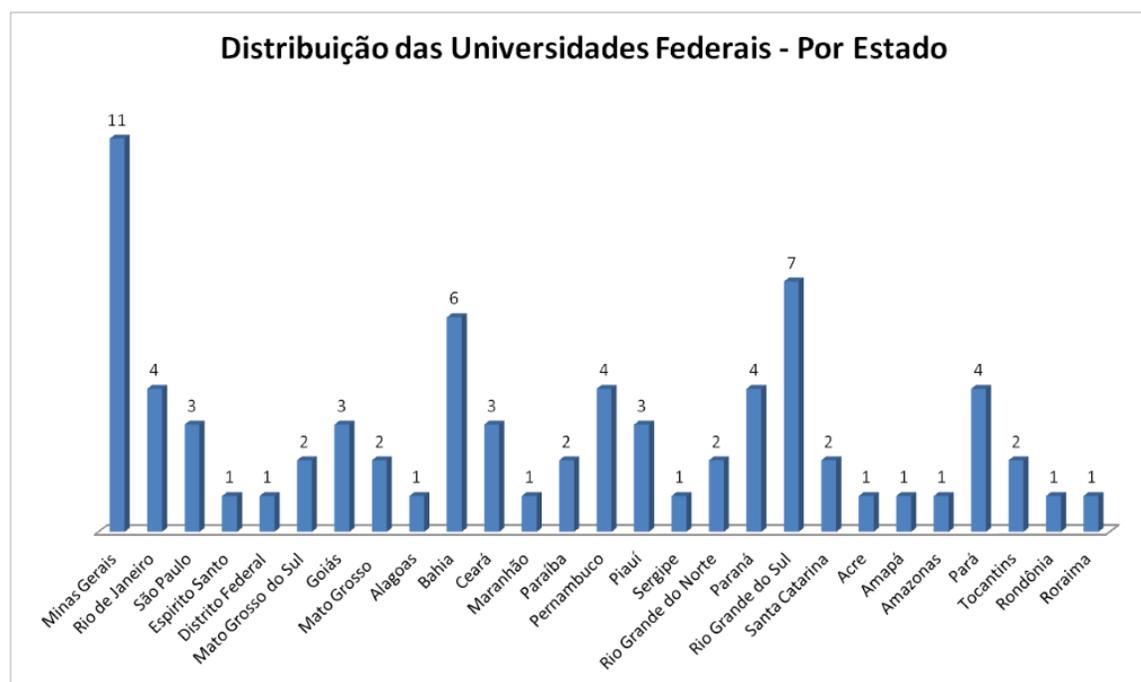
ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Tabela 2 - Distribuição das Universidades Federais (regiões do Brasil)

Dados e-MEC			Com Universidades Recém Emancipadas		
Região	Quantidade	(%)	Região	Quantidade	(%)
CO	5	7,94%	CO	8	11,59%
NE	18	28,57%	NE	20	28,99%
N	10	15,87%	N	11	15,94%
SE	19	30,16%	SE	19	27,54%
S	11	17,46%	S	11	15,94%
Brasil	63	100%	Brasil	69	100%

Para o presente estudo, consideramos as Universidades recém-emancipadas ainda que as mesmas não constem na plataforma e-MEC, portanto o número utilizado para as análises quantitativas desta pesquisa foi de sessenta e nove universidades públicas federais. A partir da determinação desse número, seguimos às análises de distribuição das instituições pelo território brasileiro e elaboramos o gráfico1.

Gráfico 1 – Distribuição das Universidades Federais – Por Estado brasileiro





ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

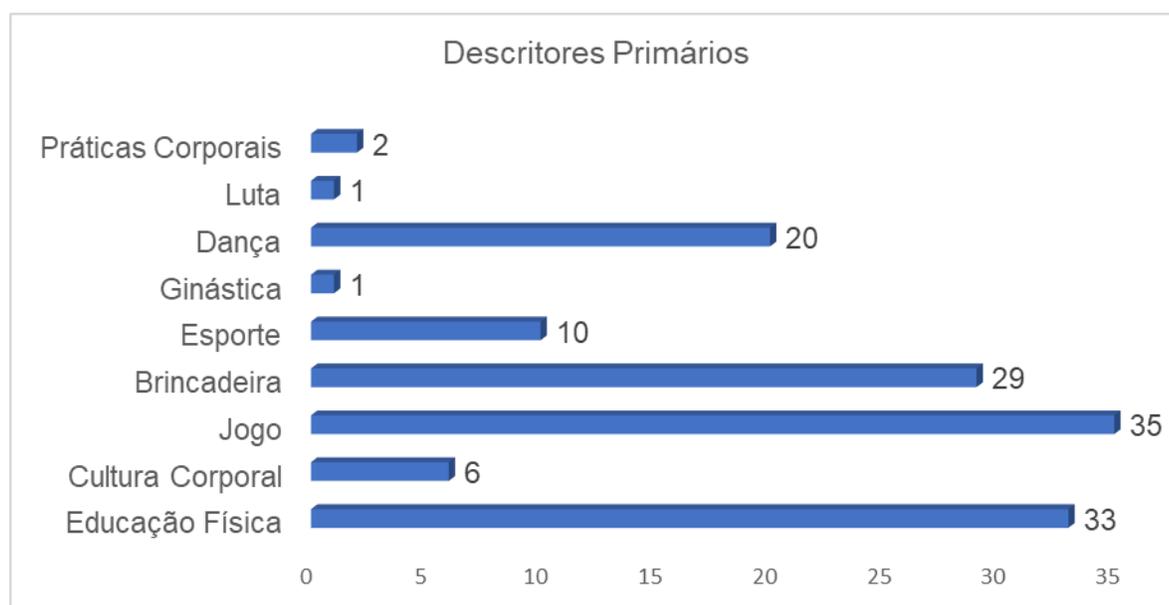
Importante dizer que cada estado brasileiro (incluindo o Distrito Federal) possui pelo menos uma universidade pública federal. Entretanto, a distribuição está longe de ser equilibrada, Minas Gerais (11), Rio Grande do Sul (7) e Bahia (6), são os estados do território brasileiro com os maiores números de universidades públicas federais.

Descritores

Ao final da tabulação dos dados encontramos os seguintes resultados:

Os descritores *Ginástica e Luta*, aparecem em um documento, cada. Em contrapartida o descritor *jogo* e suas flexões aparecem em 35 (85%) dos 41 projetos pedagógicos em estudo, já o termo Educação Física, aparece em 80% deles. O gráfico abaixo ilustra em quantos PPC se encontra cada descritor.

Gráfico 1 – Descritores primários



Fonte: autoral

Em se tratando de descritores secundários, o descritor *corporeidade* aparece em 17 universidades, representando 41% dos PPC analisados. O descritor *movimento* aparece em 34% (14) das universidades analisadas e o termo *psicomotricidade* em 15% (6).

Gráfico 2 – Descritores secundários



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.



Fonte: autoral

Ao encontrarmos pelo menos um dos descritores em todas as universidades sob análise, inferimos que a Educação Física está, em alguma medida, presente nos cursos de Pedagogia, o que evidencia uma preocupação do corpo docente, imbuído da confecção dos documentos normativos, em orientar as futuras e futuros pedagogas e pedagogos, de maneira a conduzirem de forma coerente as temáticas inerentes à Educação Física escolar.

Cultura Corporal nos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de Pedagogia

Uma vez que um dos objetivos do presente trabalho é entender o conceito de cultura corporal que vem sendo trabalhado nos cursos de formação de pedagogas/os, procuramos analisar os documentos das universidades UNIFESP; UFRPE; UFFS; UFSM; UFGD; UFG, que apresentaram o descritor *Cultura Corporal* em seus PPC.

UNIFESP

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), fundada em 1994, possui um total de seis campi, localizados na baixada santista, em Diadema, em Guarulhos, em Osasco, em São José dos Campos e na capital, São Paulo. Criada a partir da Escola Paulista de Medicina (EPM), fundada em 1933, a UNIFESP se estabeleceu como universidade da área de saúde até o ano de 2006, quando ocorreu a ampliação da universidade, bem como ISSN: 2359-1064.



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

abertura de diversos cursos, inclusive das humanidades, o que inclui o curso de Pedagogia no Campus de Guarulhos.

O descritor *cultura corporal* se apresenta no documento analisado como nome de uma disciplina obrigatória a ser integralizada no 8º período do curso. Ao analisarmos o texto explicativo da ementa em conjunto com a bibliografia sugerida, pode-se inferir que a noção de cultura corporal trazida para a discussão na disciplina é atravessada pelas perspectivas pós-críticas da Educação, em geral, e da Educação Física, em específico. Uma vez que ela é composta por autoras/es que se propõe a discutir questões voltadas para o multiculturalismo, a pós modernidade e para a diferença. Aqui é perceptível o diálogo da Educação Física com as ciências humanas, tanto na interface com a antropologia, quanto com a filosofia e a psicologia.

A presença da Cultura Corporal na matriz curricular do curso de pedagogia da UNIFESP, como disciplina obrigatória, infere um compromisso com o acesso aos saberes da Educação Física em consonância com os documentos oficiais que regem a Educação Básica.

UFRPE

A Universidade Federal Rural de Pernambuco foi inaugurada em 1947. Criada a partir da Escola Superior de Agricultura, fundada em 1912, a URPE oferece mais de 59 cursos de graduação.

A UFRPE tem algumas peculiaridades interessantes para se destacar. Entre elas está que a criação do departamento de Educação, em 1965, se deveu à necessidade de formar professoras/es para as ciências agrícolas, tendo sido uma demandada pelo Ministério da Agricultura. Além disso, a ampliação da Universidade, em consonância com os projetos de expansão universitária, culminou na criação da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), que é resultado de políticas públicas para qualificação da docência da educação básica. O PPC de Pedagogia, aqui analisado é da UAG e foi atualizado em 2009.

O descritor *cultura corporal* se apresenta no documento analisado na ementa da disciplina Linguagem Corporal na Educação Infantil. A proposta de cultura corporal nesta ISSN: 2359-1064.



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

disciplina está ligada à psicomotricidade. Ao entrar em contato com a bibliografia sugerida, nota-se que o repertório mencionado na justificativa da disciplina é referente ao repertório motor das práticas corporais. O que sugere um afastamento das teorias críticas e pós-críticas do currículo da Educação Física.

UFFS

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada em 2009, “a UFFS abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul”⁵

O descritor *cultura corporal* se apresenta no documento analisado na ementa da disciplina Corpo e Educação. Na UFFS a bibliografia escolhida para dar suporte teórico à disciplina Corpo e Educação, que menciona a cultura corporal em sua ementa, evidencia uma aproximação com as ciências sociais.

UFG

A Universidade Federal de Goiás foi fundada em 1960. Tendo inaugurado a faculdade de educação no ano de 1962, a UFG foi uma das primeiras universidades a oferecer o curso de pedagogia no Brasil. O PPC de pedagogia, em análise, foi atualizado em 2015 e traz em sua composição a exposição de um histórico da Faculdade de Educação evidenciando que seu corpo docente cumpre papel decisivo para a elaboração e implantação de políticas docentes decisivas nas reformas universitárias dos anos 1960, 1980 e 2000.

O descritor *cultura corporal* se apresenta no documento analisado na ementa da disciplina Educação e Cultura Corporal. Ao analisarmos o texto explicativo da ementa em conjunto com a bibliografia sugerida, pode-se inferir que a noção de cultura corporal trazida para a discussão na disciplina é atravessada pelas perspectivas críticas da Educação, em geral, e da Educação Física, em específico. Recorrendo aos aspectos históricos das práticas corporais.

5 https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.
UFGD

A Universidade Federal de Grande Dourados foi inaugurada em 2005, tendo sido emancipada da UFMS. A UFGD em o curso de pedagogia anterior à sua fundação.

A implantação do curso se deu no então CEUD (Centro Universitário da Grande Dourados), na época um *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em agosto de 1979, com 40 vagas, tendo como referência o Curso oferecido no *Campus* de Corumbá, da mesma UFMS, sob a forma de extensão. Essa condição inicial durou até 1983. (PPC UFGD, pág. 7)

Até chegar à configuração atual, o curso de Pedagogia passou por todas as transformações exigidas pelos PCN, sendo assim, o PPC de pedagogia foi atualizado em 2019.

O descritor *cultura corporal* se apresenta no documento analisado na ementa da disciplina Metodologia do ensino de arte e do movimento. Não foi possível encontrar a bibliografia da disciplina, portanto não há como saber quais seriam as perspectivas de Cultura Corporal, abordadas no curso.

UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria foi inaugurada em 1960 “foi a primeira universidade federal criada no interior, fora de uma capital brasileira. Esse fato representou um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil”⁶.

O PPC de pedagogia foi atualizado em 2018 e está disponível em formato diferente do PDF.

O descritor *cultura corporal* se apresenta no documento analisado como disciplina de nome Educação Física e Cultura Corporal. Ao analisarmos a bibliografia desta disciplina, é possível identificar uma aproximação da Educação Física com a pedagogia histórico-crítica. Ficando evidente que se trata de um currículo crítico.

⁶ <https://www.ufsm.br/historia/>



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Considerações Finais

Investigamos em que medida a Educação Física está presente nos cursos de formação inicial em Pedagogia nas Universidades Federais do Brasil, através da utilização de descritores primários e secundários, pensados para identificar, inicialmente, os temas da chamada Cultura Corporal nos PPCs. Posteriormente, foram adotados outros descritores que pudessem sugerir relação com a Educação Física, quando da leitura dos documentos analisados.

Ao encontrarmos pelo menos um dos descritores, tanto primários quanto secundários, em todas as universidades sob análise, inferimos que a Educação Física está, em alguma medida, presente nos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais do Brasil, o que sugere uma preocupação dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), responsáveis pela confecção dos documentos normativos de seus respectivos cursos, em orientar as futuras e futuros pedagogas e pedagogos, de maneira a conduzirem de forma coerente as temáticas inerentes à Educação Física escolar.

No entanto, retomando a ideia de currículo como “Documento de Identidade”, expressão cunhada por Thomaz Tadeu da Silva (2019), os resultados dessa pesquisa nos permitem dizer que a Educação Física assume múltiplas identidades, haja vista a multiplicidade de concepções a seu respeito, encontradas nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Formação Inicial em Pedagogia. Com isso podemos dizer que a compreensão sobre o componente curricular EF que se estabelece aos egressos dos cursos de pedagogia termina por se tornar monolítica e superficial, considerando que o componente é tratado, na maior parte dos PPCs a partir de uma única perspectiva que, pela leitura dos documentos, mostra-se absoluta, o que indica um equívoco no trato com a área. Essa característica é resultado de um histórico polissêmico da área, somado a dicotomia Bacharelado/Licenciatura da EF, em seu próprio campo de formação inicial, o que a mantém em disputa, dividida, podendo assumir tanta identidade que acaba não tendo nenhuma. Reforçando, assim, aquilo que chamamos de não lugar.



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Buscando compreender a EF em uma perspectiva de trabalho multidisciplinar e interdisciplinar nas séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, encontramos ao analisar as ementas e as bibliografias das disciplinas que utilizaram o termo cultura corporal em sua descrição, a interface da EF com as ciências sociais, com a psicologia e com a antropologia. O que significa dizer que a EF, independente da concepção adotada assume um caráter multidisciplinar. A interdisciplinaridade pode ser observada quando há a compreensão de que algumas práticas corporais preconizadas pelo componente podem ser trabalhadas por outro componente como das Artes, por exemplo.

Entender o conceito de cultura corporal que vem sendo trabalhado nos cursos de formação de pedagogas/os foi o objetivo que nos levou a investigar as ementas e as bibliografias apresentadas nos PPCs cujo descritor Cultura Corporal foi identificado. Com isso pudemos confirmar a ideia de múltiplas identidades da Educação Física, uma vez que cada documento trabalhou sob uma perspectiva diferente, recorrendo a uma diversidade de referenciais teóricos que estabelecem diálogo da EF com as ciências humanas e com as ciências biológicas.

Considerando que os PPCs analisados foram publicados em datas anteriores à homologação da BNCC, pode-se inferir que os documentos estão em desacordo com as competências destacadas pela BNCC para a Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental anos iniciais, o que pode justificar, por exemplo, a manutenção da psicomotricidade como principal base teórica da UFRPE, por exemplo. Além disso, nota-se que as bibliografias não apontam os PCN, documentos anteriores à BNCC, nem as diretrizes curriculares para a formação inicial em Educação Física, o que sugere que as disciplinas foram pensadas tendo como base a percepção pessoal das/os docentes que constituíam os respectivos NDEs. Para chegarmos a uma afirmação correta do destacado aqui, se faz necessária uma nova investigação por meio de entrevistas às/aos responsáveis pela escrita dos documentos analisados.

Outra questão que merece certo destaque é o caso da UNIFESP, que embora tenha se originado a partir de faculdades de ciências médicas, é a que mais se aproxima das discussões pós-críticas da Educação Física. Isso pode significar um diálogo com as outras



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

instituições de São Paulo, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que têm em seu corpo docente, professores que preconizaram as teorias culturais curriculares da EF, tais como Marcos Neira e Mário Nunes.

Seria oportuno destacar que em boa medida notamos que as formas distintas em trabalhar a EF nos cursos de pedagogia podem denotar também uma elaboração frágil dos concursos aos quais as professoras/es, das universidades analisadas, são submetidas/os. Lembrando que estamos falando de universidades públicas federais cujo corpo docente é selecionado através de concursos para cargos efetivos e processos seletivos para cargos de substituição. Talvez, as relações frágeis com a EF, estabelecidas nos perfis das disciplinas, nos cursos analisados se deem pelo pouco contato com o componente, e também devido a pouca ou nenhuma exigência do domínio dos saberes escolares da EF nos referidos concursos, que por sua vez, são elaborados sem o assessoramento de um docente da área.

As questões levantadas neste trabalho evidenciam a problemática da divisão da Educação Física e seu reflexo nos cursos de pedagogia das universidades federais do Brasil. A falta de uma identidade do componente curricular e o entendimento dúbio acerca do papel da/o pedagoga/o para com o componente curricular podem ter contribuído para a multiplicidade de entendimento acerca da Educação Física nos PPCs analisados. É bom que se saiba que embora haja, nas diretrizes curriculares para o curso de formação inicial em Pedagogia, que seus egressos devam se apropriar dos saberes docentes da EF, não há, contudo, uma norma que defina que as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I priorizem a contratação de pedagogas/os ou de professoras/es de Educação Física. Além disso, a EF em disputa, amplificada pelas ações do sistema CONFEF/CREF que advoga em favor de que o componente seja ministrado por professoras/es especialistas, ou seja, cuja formação inicial seja em EF, dificulta a definição de a quem deveria ser direcionada a responsabilidade do componente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I.



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.
REFERÊNCIAS

ALVIANO JR., W. **Formação Inicial em Educação Física: Análises de uma Construção Curricular.** 2011. 272f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____, Ministério de Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

_____, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular,** 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CFE nº. 3, de 16 de junho de 1987.** Fixa os mínimos de conteúdos e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 22 jun. 1987.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Parecer CES/CNE nº. 58, de 18 de fevereiro de 2004. **Diretrizes curriculares para o curso de graduação em Educação Física.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 4 mar. 2004c.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. **Diretrizes curriculares para o curso de graduação em Pedagogia.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 15 mai. 2006

NEIRA, M. G. Desvelando Frankensteins: interpretações dos currículos de Licenciatura em Educação Física. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física.** v. 01, n. 01, p. 118-140, ago. 2009

NEIRA, M. G.; BORGES, C. C. O. **Esquadrinhar e Governar: análise das recomendações do CONFEF para a Educação Física escolar.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 571-590, abr./jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623664150>.

NUNES, M. L. F. **Frankenstein, monstros e o Ben 10: fragmentos da formação inicial em Educação Física.** 2011. 287 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2011

_____, M. L. F. O mapa do território do Ensino Superior e da formação em Educação Física: emerge o criador. In: Neira, M.G.; NUNES, M.L.F. **Monstros ou heróis?: os currículos que formam professores de educação física.** – 1ed.- São Paulo: Phorte, 2016.

[SAVIANI, D. Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação. Trabalho, Educação e Saúde \(online\), v. 6, n. 2, p. 213-232, 2008.](#)

[SILVA, T.T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. – 3ed.; 11 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.](#)



ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P.

Como citar este artigo (ABNT)

ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P. **A educação física na formação inicial em pedagogia.** Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, MG, v. 10, n. 1, p. XXX-XXX, 2023. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

ALVIANO JR, W. SOUZA, R. A. P. (2024) **A educação física na formação inicial em pedagogia.** Revista Iniciação & Formação Docente, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.